



Estado da Bahia
MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA
PROCURADORIA MUNICIPAL

PARECER JURÍDICO

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 522/2025
REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO – RETENÇÃO DE ISS

I. RELATÓRIO

Trata-se de exame jurídico do processo administrativo nº 522/2025, que tem por objeto analisar o requerimento protocolado pelo INSTITUTO DE FOMENTO, COLABORAÇÃO E APOIO À GESTÃO PÚBLICA E PRIVADA - STRATEGIC, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, qualificada como Organização da Sociedade Civil (OSC). O pleito versa sobre a revisão da retenção de Imposto Sobre Serviços (ISS) incidente sobre repasse de verbas públicas no âmbito do Termo de Fomento nº 001/2025.

O referido Termo de Fomento foi celebrado entre o Município de Retirolândia/BA e a OSC para a execução de ações finalísticas de saúde pública. Conforme exposto no referido requerimento, houve a retenção de R\$ 21.467,10 (vinte e um mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e dez centavos), a título de ISS, sobre a Nota Fiscal nº 207, emitida em decorrência do repasse de recursos da parceria. A entidade requerente sustenta que a natureza jurídica da parceria, fundamentada na Lei nº 13.019/2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil), não configura fato gerador para a cobrança do referido imposto, solicitando a devolução do valor retido.

A autoridade competente solicita manifestação da assessoria jurídica quanto à legalidade do requerimento.

É o breve relato.

II. DO MÉRITO

O presente parecer jurídico encontra fundamento nos autos, revestindo-se de natureza meramente opinativa, em conformidade com o ordenamento jurídico vigente. A decisão final compete privativamente à autoridade administrativa competente, a quem incumbirá ponderar a conveniência e oportunidade do prosseguimento do expediente.

A controvérsia central reside em definir a natureza jurídica da relação estabelecida por meio do Termo de Fomento nº 001/2025 e, consequentemente, a (in)existência de fato gerador do ISS.



Estado da Bahia
MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA
PROCURADORIA MUNICIPAL

O Imposto Sobre Serviços (ISS), previsto no art. 1º da Lei Complementar nº 116/2003, tem como fato gerador a "prestação de serviços constantes da lista anexa, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador". A prestação de serviço, para fins de tributação, pressupõe uma relação contratual onerosa, de caráter mercantil, na qual há uma contraprestação paga pelo tomador em remuneração a uma obrigação de fazer.

Art. 1º. Lei Complementar nº 116/2003.

O Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza, de competência dos Municípios e do Distrito Federal, tem como fato gerador a prestação de serviços constantes da lista anexa, ainda que esses não se constituam como atividade preponderante do prestador.

A relação jurídica estabelecida com o Instituto STRATEGIC não se ampara na Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 8.666/93; Lei nº 14.133/2021), mas sim no regime específico do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil (MROSC), instituído pela Lei nº 13.019/2014.

O MROSC define "parceria" como o "conjunto de direitos, responsabilidades e obrigações decorrentes de relação jurídica estabelecida formalmente entre a administração pública e organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, para a consecução de finalidades de interesse público e recíproco, mediante a execução de atividades ou de projetos previamente estabelecidos em planos de trabalho inseridos em termos de colaboração, em termos de fomento ou em acordos de cooperação", conforme preleciona o Art. 2º, III, Lei nº 13.019/14.

Desta feita, a natureza de um Termo de Fomento é de cooperação e convênio, e não de um contrato de prestação de serviços. Os recursos transferidos pelo Poder Público não constituem remuneração ou pagamento por um serviço prestado, mas sim um repasse de verbas para viabilizar a execução de um plano de trabalho voltado ao interesse público, que no caso em tela, consiste em ações essenciais de saúde.

É mister salientar que os elementos que caracterizam a parceria e afastam a hipótese de incidência de ISS são: Mútua colaboração entre as partes; Ausência de finalidade lucrativa; Objeto voltado ao interesse público e gratuito à população; Inexistência de contraprestação mercantil.

Ressalva-se, conforme a legislação e o entendimento jurisprudencial, que a atuação de entidades sem fins lucrativos em parceria com o Poder Público para a execução de ações de interesse social não se configura como prestação de serviço tributável pelo ISS. A relação é de cunho público e não caracteriza um negócio jurídico tributável. Ademais, o Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia

11



Estado da Bahia
MUNICÍPIO DE RETIROLÂNDIA
PROCURADORIA MUNICIPAL

(TCM/BA) e outros tribunais de contas pátrios têm firmado o entendimento de que parcerias regidas pela Lei nº 13.019/2014 possuem natureza convencional, não configurando fato gerador de ISS, de modo que o Instituto STRATEGIC realiza serviços filantrópicos. Outrossim, a relação jurídica ora perpassada visa à execução de políticas públicas, distanciando-se de uma operação empresarial ou comercial.

Portanto, a retenção do ISS sobre o repasse de recursos ao Instituto STRATEGIC carece de fundamento legal, uma vez que não se verifica a ocorrência do fato gerador do tributo.

III. DA CONCLUSÃO

Diante do exposto, com base na análise do Requerimento apresentado e nos termos da legislação vigente, em especial a Lei nº 13.019/2014 e a Lei Complementar nº 116/2003, esta Procuradoria **manifesta-se favoravelmente** ao pleito do Instituto STRATEGIC, de modo que a relação jurídica formalizada por meio do Termo de Fomento nº 001/2025 não constitui fato gerador do Imposto Sobre Serviços (ISS).

Outrossim, **recomenda-se** o deferimento do requerimento para que seja revista a retenção de ISS efetuada sobre a Nota Fiscal nº 207, bem como viabilizar a possibilidade de devolução ao Instituto STRATEGIC do valor de R\$ 21.467,10 (vinte e um mil, quatrocentos e sessenta e sete reais e dez centavos), retido indevidamente; **Recomenda-se**, ainda, a devida orientação aos setores competentes para que se proceda a devolução do valor ora retido, bem como se abstenham de realizar novas retenções de ISS sobre os futuros repasses financeiros vinculados ao referido Termo de Fomento, enquanto mantida sua natureza de parceria e cooperação.

Este é o parecer. Submeta-se à autoridade competente.

Retirolândia/BA, 08 de agosto de 2025.

Ilgenor Levi Dias Magalhães Oliveira
Ilgenor Levi Dias Magalhães Oliveira

Procurador Municipal

OAB/BA 76.690